

A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE: FORDISMO E PÓS-FORDISMO NO SETOR AGROALIMENTAR¹

Alessandro Bonanno
Departamento de Sociologia
Universidade Sam Houston

INTRODUÇÃO

O tema da globalização da economia e da sociedade está sendo tratado, atualmente, na maioria dos debates na área das ciências sociais. Nesse contexto, o ponto nodal das discussões é representado pela proposição que indica que os atuais arranjos globais são afetados pela transição do regime de acumulação do período Fordista, em sua contra-parte Pós-Fordista.

A Sociologia da Agricultura e da Alimentação tem sido uma das áreas onde este tema tem fluído através de abundantes estudos empíricos e teóricos. Assim, o objetivo deste trabalho é realçar alguns dos aspectos desta questão. A estratégia adotada é a de ilustrar algumas das características básicas do sistema global, do Fordismo e do pós-Fordismo, e depois contrastá-las com algumas interpretações alternativas, produzidas recentemente por eminentes estudiosos dessa área.

O segundo objetivo é o de clarear alguns dos conceitos freqüentemente adotados nessa discussão. É importante observar como os estudiosos de diferentes áreas empregam construções teóricas de maneiras divergentes. A questão aqui é que a Globalização, Fordismo e pós-Fordismo têm sido usados de forma rígida e mecanicista. O *status* de tipo ideal desses

¹ Tradução: Lauro Mattei, doutorando em Economia no IE/UNICAMP.

processos tem sido traduzido para dimensões reais, as quais facilmente descartam comparações empíricas. Além do que, concomitantemente, são geradas confusões no debate sobre globalização. Neste caso, refiro-me aos argumentos sobre a globalização cultural e aos argumentos que destacam a emergência de um novo padrão socio-econômico. Enquanto a maioria invoca o dogma da globalização cultural como uma tendência homogeneizante da nova era, os debates no campo socio-econômico enfatizam a flexibilidade e a heterogeneidade neste novo modelo. O presente trabalho focaliza esse segundo aspecto.

O estudo começa com uma interpretação do Fordismo, ilustrando as dimensões política, econômica e cultural da crise. Contrariamente às análises estruturalistas (McMichael, 1996 a; Lipietz, 1992), as ênfases são colocadas sobre os grupos sociais que operam tanto internacional como domesticamente, no sentido de alterar o padrão de acumulação vigente desde o período pós-guerra. Posteriormente, o texto introduz o conceito de pós-Fordismo global (Bonanno e Constance, 1996), destacando o fato de que os aspectos sociais do pós-Fordismo são possíveis em função da emergência das relações sociais globais. Sob essa perspectiva, um erro freqüente da relação dialética entre o local e o global é destacado, através do uso do conceito de hiper-mobilidade de capitais. Diversas características do pós-Fordismo global são realçadas para analisar as relações entre a política e a economia. Afirma-se que a desarticulação da unidade anterior entre as duas esferas criou problemas para o desenvolvimento econômico e para a democracia. O estudo é concluído com uma revisão das polêmicas sobre a transição do Fordismo para o pós-Fordismo e as conseqüências que as interpretações recentes deste fenômeno tiveram sobre a Sociologia da Agricultura e da Alimentação. Atenção particular é dada às construções estruturais sobre a emergência da globalização, destacando-se os argumentos que refutam a doutrina do fim do For-

dismo e as análises que propõem atenção especial às dimensões micro da globalização.

A CRISE DO FORDISMO E A EMERGÊNCIA DO PÓS-FORDISMO GLOBAL

O FORDISMO

No mundo ocidental avançado, as estratégias do período pós-guerra que se basearam na intervenção do Estado sustentaram um crescimento constante e um balanceamento entre a produção e o consumo de massa, enquanto as empresas geraram um nível elevado de produtividade ao aperfeiçoarem amplamente as estratégias “Tayloristas” instituídas. Os administradores aumentaram substancialmente seus controles técnicos, através de uma centralização e racionalização adicional do processo de trabalho. Enquanto esta estratégia agudizava a distinção entre os trabalhadores da produção, da área técnica e da área gerencial, a força de trabalho foi pacificada pelos frequentes aumentos dos salários, pela segurança no emprego, pelas oportunidades de crescimento e pela expansão do bem-estar social (Harvey, 1990; Lipietz, 1992).

O capitalismo Fordista combinou empresas com alta racionalização, centralização e integração vertical com sindicatos nacionais e com uma substancial expansão do Estado, além disso, usava-se a elevada especialização e mecanização da produção, a burocratização das empresas, o planejamento extensivo e o controle burocrático de “cima para baixo”. “Fordismo Alto” é o termo que define o capitalismo do pós-guerra, ou do tipo maduro e hiperracionalizado de Fordismo (Antonio e Bonanno, 1996). Ele tinha uma força de trabalho segmentada, uma ampla e complexa organização do corpo profissional, gerencial e técnico e meios de comunicação, informação, transporte e com-

trole extremamente sofisticados. Apesar da existência de diferenças significativas entre os setores econômicos e as regiões geográficas, o processo centralizado nos altos níveis de intervenção do Estado e na inclusão de grupos de trabalho subordinados na administração da sociedade, foram as características principais deste período. O “Alto Estado Fordista” adotou políticas Keynesianas avançadas no âmbito do controle fiscal muito abrangentes e de regulação dos planos socioeconômicos, na saúde, na educação e na área do bem-estar social.

Este sistema aumentou a inclusão das pessoas marginalizadas, elevou substancialmente o salário e, em termos das democracias sociais, ampliou significativamente a participação do trabalho. Tanto nos EUA quanto na Europa os sindicatos conseguiram envolver porcentagens significativas de trabalhadores, aumentando consideravelmente o conjunto de benefícios, incluindo-se os salários (Chandler, 1977; Aglietta, 1979; Gordon, Edwards e Reich, 1982; Harrison e Bluestone, 1988; Lieptz, 1987 e 1992). De maneira geral, o “Alto Fordismo” coordenou a produção, o consumo de massa, a acumulação constante e aumentou a legitimidade, gerando crescimento econômico e uma abundância sem precedentes. O acordo tácito entre capital e trabalho transferiu o controle da produção para a área gerencial mas, ao mesmo tempo, aumentou o papel do trabalho no discurso político, nos planejamentos e no âmbito da legislação do trabalho. A classe média teve um crescimento substancial, elevando também seu padrão de vida. Sob o regime do “Alto Fordismo” os direitos civis, políticos e sociais foram expandidos e a legislação regulatória foi ampliada. Oportunidades iguais avançaram, embora os estratos inferiores tenham sido pouco beneficiados. Além disso, as desigualdades acentuadas entre os trabalhadores dos setores primários e secundários, entre aqueles da produção e os profissionais, entre raças, grupos étnicos e sexo foram os aspectos mais visíveis do novo padrão de racionalização e de burocratização.

O Fordismo funcionou em níveis próximos ao ótimo, da metade da década de 50 até o final da década de 60. Entretanto, no começo dos anos 70 já estava enfraquecendo e expondo sérias contradições (Harvey, 1990; Aglietta, 1979). Nas sociedades ocidentais avançadas, o crescimento dos novos movimentos sociais, o protesto dos estudantes e as atividades contraculturais começaram a erodir a estabilidade do Fordismo. A crise econômica acelerou a desestabilização do “Alto Fordismo”. O aumento da competitividade nos mercados internacionais (resultante da recuperação total da Europa e da Ásia devido aos estragos provocados pela Segunda Guerra Mundial); insuficiência de investimento de capital em novas tecnologias e estagnação organizacional, o fracasso do desenvolvimento da política industrial, o aumento dos custos do bem-estar social e outros fatores, impuseram ao capitalismo do pós-guerra uma fase de desaceleração. A crise do petróleo, a severa recessão de 1973, o fim do acordo de Bretton Woods e a estagflação significaram uma decomposição possível dos Estados Unidos enquanto centro multinacional capitalista. Harrison e Bluestone (1988) referem-se a este período como o início da “volta em U” (*U-turn*) do capitalismo mundial, caracterizado por baixos salários, pelo trabalho em tempo parcial e pela desintegração do acordo capital-trabalho do pós-guerra. No final da década de 70, o Thatcherismo e o Reaganismo impuseram uma mudança decisiva nas políticas de inflação baixa e desemprego elevado (Strobel, 1993; Harrison e Bluestone, 1988; Bowles e Gintis, 1982). A característica básica do Fordismo coordenado pelo Estado começou a ser vista como uma fonte de atenuamento da rigidez.

A elevada competição global e as crises políticas e econômicas mencionadas, trouxeram novas estratégias dirigidas para a redução da inflação, através de um crescimento mais lento, da redução do poder das organizações trabalhistas, da aceitação de níveis mais elevados de desemprego e dos cortes

nos salários sociais (Aglietta, 1979; Akard, 1992; Gordon, Edwards e Reich, 1982; Harrison e Bluestone, 1988; Lipietz, 1992; Strobel, 1993). As políticas de intervenção do Estado que, no início, tinham sido consideradas o “carro-chefe” do crescimento do pós-guerra passaram, agora, a ser tratadas como as causas da retração econômica. Os críticos sustentavam que os acordos capital-trabalho produziram uma compressão nas taxas de lucro que afetaram o capitalismo e que uma parte substancial do complexo institucional e ideológico do “Alto Fordismo” precisava ser desarticulado (Akar, 1992; Lipietz, 1992; Harvey, 1990). Mais importante ainda: muitas das políticas Fordistas que foram empregadas para expandir as oportunidades e os direitos, tiveram suas estratégias iniciais dirigidas para aumentar a liberdade dos proprietários, com desvantagens para os trabalhadores assalariados e estratos subalternos, além de alocar poder e riqueza aos estratos superiores (Harvey, 1990).

O PÓS-FORDISMO GLOBAL

As novas condições que emergiram a partir da crise do Fordismo têm sido agrupadas sob o conceito de “pós-Fordismo global” (Antonio e Bonanno, 1996, e Bonanno e Constance, 1996)². Os aspectos mais decisivos do pós-Fordismo têm sido o aumento da flexibilidade em escala global, a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas, destruindo-se as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando-se uma descentralização da pro-

² Para uma discussão mais detalhada das características dos Pós-Fordismo Global veja Bonanno e Constance, 1996 pg.16-117. Aqui é importante notar que o conceito de Fordismo e de pós-fordismo global são empregados como “tipos ideais” para ilustrar aspectos importantes dos ambientes sócio-econômico e cultural que caracterizaram a evolução das relações sociais no período do pós-guerra. Eu discordo frontalmente das posições que reduzem o Fordismo e o pós-fordismo global para a produção e com aqueles que acham que ambos são inadequados porque suas características não aparecem em todas as partes das sociedades.

dução. Esta agora está decomposta em subunidades e em sub-processos produtivos, conduzidos pelas empresas que se dispersam globalmente e apresentam elevadas divergências nas formas de organização do trabalho, do gerenciamento e das finanças. Empresas públicas são privatizadas e, cada vez mais, a disponibilidade dos serviços essenciais depende da capacidade de pagamento e/ou do lucro geral. O pós-Fordismo global é difícil de ser mapeado mas ele não é aleatório e nem tampouco desorganizado (Lash e Urry, 1987; Offe, 1985 e Piore e Sabel, 1984). As novas estruturas flexíveis prestam-se à racionalização financeira, à concentração de recursos, à ultrapassagem de obstáculos, à alocação mais eficiente das formas de produção, à proteção contra possíveis mudanças econômicas e à obtenção de mais vantagens através dos novos instrumentos financeiros e fiscais. A descentralização da produção continua com a maior centralização no controle das finanças, das pesquisas e das informações. O desenvolvimento econômico Pós-Fordista global e as políticas de livre comércio utilizam o Estado para aumentar a mobilidade de capital, corroendo os seus próprios instrumentos regulatórios em nível local, regional e nacional e reduzindo o poder de barganha e as influências do trabalho.

Para ser mais preciso, essas mudanças não deveriam ser interpretadas como resultado da emergência de um sistema totalmente globalizado onde a dimensão territorial local é irrelevante (Hirst e Thompson, 1996). Ao contrário, o pós-Fordismo global é um sistema que permite que as corporações tenham maior mobilidade e obtenham vantagens sobre a qualidade dos novos instrumentos que são empregados para evitar a rigidez na economia e na sociedade. De fato, o consumo local e os mercados de trabalho são vistos como recursos que podem ser incluídos ou excluídos dos circuitos globais de acordo com as necessidades das corporações. Simultaneamente, as localidades são vistas como relações sociais que são capazes de se oporem ou favorecerem as estratégias das corporações transnacionais.

Na essência, o pós-Fordismo global não é um sistema globalizado mas um sistema de mobilidade global e de ações globais que opera em reação às condições que se manifestam nos territórios locais e regionais.

LOCALIDADE, GLOBALIDADE E HIPERMOBILIDADE DE CAPITAIS

A relação entre o local e o global merece uma breve discussão. Como está indicado em vários trabalhos sobre a globalização da economia e da sociedade (Cox, 1997; Giddens, 1994; Harvey, 1990; Lipietz, 1992; Lush e Urry 1994 e 1987; Strobel, 1993). Nas sociedades atuais, a evolução³ das relações sociais favorece as posições epistemológicas que refutam o entendimento dualístico dos conceitos de local e global e enfatizam a relação dialética entre essas duas esferas. Afirma-se que as relações sociais locais são definidas por eventos e atores que operam no âmbito global. Simultaneamente, as ações globais não teriam importância sem a expressão concreta que elas obtêm ao se materializarem no âmbito local. O ponto é que o global não existe sem o local e o local é caracterizado pelas relações sociais que são estruturadas pelas relações sociais globais.

Giddens (1990) articula este ponto ao introduzir a distinção entre lugar e espaço. Ele argumenta que a distinção entre esses dois conceitos tornou-se visível somente com o advento da Modernidade e do capitalismo. Nas sociedades pré-modernas, os eventos locais geralmente desdobravam-se em uma única localidade (lugar). Eles eram contidos nos próprios locais onde se originavam. Neste aspecto, era possível manter a independência do âmbito local frente às forças externas. Com a

³ - O conceito de evolução não deveria ser interpretado em termos de um crescimento linear. Contrariamente, ele se refere à expansão contraditória das relações sociais que geram um crescimento local mas que, simultaneamente, representa a origem dos limites que os atores locais encontram nas suas tentativas de controlar os eventos históricos.

emergência do capitalismo e da Modernidade, os eventos locais foram fortemente afetados, passando a ser ligados a outros eventos que ocorrem fora do espaço local e que se situam em espaços distantes. A distinção entre o lugar (local) e o espaço (global), de acordo com Giddens, emerge a partir das transformações das relações sociais através do tempo e do espaço. Porém, essas transformações, enquanto separam o local do global, fazem com que ambas as esferas estejam dialeticamente relacionadas. Em outras palavras, torna-se difícil conceber as alterações nas relações sociais no âmbito local, como processos separados das relações sociais que são estabelecidas no âmbito global.

Como afirma Giddens, a distância do lugar em relação ao espaço não é uma característica exclusiva das sociedades globais. De fato, isso se desenvolve através das várias fases da expansão capitalista. Na era global, entretanto, as relações entre o global e o local têm adquirido um nível novo e qualitativamente diferente, que pode ser ilustrado através dos instrumentos relacionados à hiper mobilidade do capital (Harvey, 1990), a qual se refere à capacidade dos atores econômicos (as corporações transnacionais, seus agentes e atores) em operar de tal maneira que transcendam os espaços específicos das regiões e/ou nações, permitindo a essas corporações uma perda da identificação com os seus países de origem (Antonio e Bonanno, 1996). Adicionalmente, destaca-se a capacidade dessas corporações no sentido de mover sua base operacional para além das fronteiras regionais e nacionais com rapidez e facilidade, apesar da resistência dos atores locais (Harvey, 1990; Lash e Urry, 1994 e Spybey, 1996). Há apenas um pequeno desacordo entre os estudiosos da globalização da economia e da sociedade sobre as origens desse novo comportamento das corporações transnacionais⁴. Na essência, argumenta-se que as raízes das ações das

⁴ - Para ser exato, as interpretações da globalização da economia e da sociedade e o papel das corporações transnacionais partem daquilo que foi

corporações transnacionais são sociais e econômicas. As corporações mudam suas plantas e seus ativos ao redor do mundo com o objetivo de obterem condições de produção mais desejáveis⁵ e evitem limitações e restrições que são demandadas por outros atores sociais (governos, trabalhadores, movimentos sociais e organizações privadas). Essa habilidade para a mudança tem crescido devido aos novos avanços tecnológicos que permitem uma redução do tempo e espaço de operação. Em outras palavras, a velocidade dessas operações tem aumentado dramaticamente, principalmente ao transformar formas velhas de mobilidade em novas formas com hiper mobilidade.

A hiper mobilidade é global porque ela está baseada no estabelecimento de relações sociais que transcendem as esferas nacional e multinacional. Por exemplo, a habilidade das corporações transnacionais na busca global por uma força de trabalho mais conveniente coloca em competição direta grupos de trabalhadores anteriormente distantes e separados. Bonanno e Constance (1996) apresentam um estudo detalhado dessa di-

indicado neste texto. Em particular, alguns identificam o conceito de globalização exclusivamente em termos do fim e/ou da redução das barreiras de circulação das *commodities* e do trabalho (Campbell, 1990; Kindleberger, 1986). Eles argumentam que isso é principalmente o resultado dos avanços na tecnologia e da implementação das políticas neoliberais. Enquanto a importância desses fatores é também compartilhada por outras interpretações, essa corrente da literatura toma por base o uso das novas tecnologias e as políticas neoliberais como centrais. Mais importante, eles não examinam cuidadosamente a ação das corporações transnacionais, cujos comportamentos econômicos e sociais elas suportam amplamente.

⁵ - este fenômeno tem sido descrito freqüentemente em termos das fontes globais (Heffernan e Constance, 1994). As fontes globais referem-se às habilidades que as corporações transnacionais detêm no sentido de encontrar condições desejáveis e fatores de produção ao redor do globo. Essa é uma prerrogativa que não estava disponível nas fases anteriores do desenvolvimento do sistema capitalista. Como está indicado por uma série de estudos (Antonio e Bonanno, 1996; Harvey, 1990; Carnoy, 1993), a reestruturação da economia e da sociedade com os avanços da tecnologia tem permitido o desenvolvimento de uma estrutura de produção e condições sociais que permitem aumentar a mobilidade do capital financeiro, das estruturas produtivas e do trabalho.

menção, ao analisarem a mobilidade do trabalho na indústria de atum. Eles argumentam que a emergência de tensões sociais entre os ambientalistas norte-americanos e os trabalhadores das Américas Central e Latina tornou as condições de produção menos ideais para a corporação transnacional Easter Tropical Pacific (ETP). As corporações transnacionais da indústria de atum, portanto, decidiram substituir os trabalhadores do Norte e do Sul da América pelos trabalhadores do bloco “West Pacific Rim”. Apesar dos acordos para se resolverem as tensões na ETP, a disponibilidade de trabalho alternativo na Ásia prejudicou severamente o emprego e o crescimento industrial no continente americano.

Mais precisamente, a hipermobilidade de capital não está sendo experimentada em todos os lugares do mundo e nem ocorre necessariamente de maneira similar em várias regiões. Entretanto, ela requer uma dimensão local para existir. O conceito indica que há um potencial em nível global para a mobilidade e que a variedade de localidades e suas relações sociais (mercados de trabalho, forças de trabalho, instituições sociais) estão ligadas através dos processos de acumulação de capital e de reorganização espacial. As ligações das várias localidades ao redor do mundo redefinem a noção corrente do espaço local. A hipermobilidade determina a existência de localidades onde as estratégias globais se materializam. Por exemplo, no caso de uma realocação de plantas industriais, o local é relevante por, pelo menos, duas razões. A primeira refere-se às mudanças nas condições dos locais que perdem as unidades de produção. A segunda refere-se ao local que recebe a nova fábrica. Essas duas posições, enquanto experimentam as diferentes conseqüências da hipermobilidade, representam os aspectos concretos do processo de acumulação global.

Continuando com o mesmo exemplo, torna-se evidente que o espaço local não é simplesmente a parte final de um processo que se inicia no âmbito global. A origem desse processo

tem suas raízes no próprio local, fazendo com que local e global sejam os dois lados de um processo unificado. Como está ilustrado em vários documentos, a realocação de plantas e ativos de um lugar para outro, freqüentemente busca posições diferentes no mercado de trabalho, na legislação industrial, na regulação ambiental, no acesso ao mercado e em outras condições locais que fazem com que uma localidade seja mais atrativa que outra em termos das estratégias de acumulação de capital. Na essência, as condições que determinam a mobilidade global não podem transcender aos espaços locais. Adicionalmente, esse processo faz emergir posições que estão fora, ou seja, posições que não são incluídas no processo global. Esta situação não indica, necessariamente, que esses locais serão eventualmente envolvidos em relações globais. Antes de tudo, isso indica que a globalização não é um conjunto homogêneo de processos que une os atores locais aos globais de maneira uniforme no tempo e no espaço.

A heterogeneidade do processo de hipermobilidade de capital é evidente em pelo menos duas dimensões. A primeira dimensão da mobilidade assume uma variedade de formas. Trabalhos empíricos (Storper, 1997) indicam que da mesma forma que a realocação de plantas, a mobilidade se refere também a outros eventos semelhantes, tais como a reorganização das cadeias de produção de mercadorias (as unidades da cadeia de produção são substituídas por outras localizadas em áreas e regiões distintas); a descentralização da produção (o processo de produção é delegado para unidades de produção menores) e ainda a estratégia desafiadora de mudar as instalações produtivas. De fato, essa última questão tem sido interpretada em termos da “ideologia da mobilidade”. Neste caso, a possibilidade de realocação é usada pelas corporações transnacionais para obter concessões relacionadas ao mercado de trabalho, às administrações locais e regionais e aos Estados nacionais. Para ser mais exato, a mobilidade não deveria ser entendida em termos

absolutos uma vez que as localidades podem mobilizar seu poder para resistir às estratégias das corporações transnacionais (Swyngedow, 1997). Em particular, os grupos locais envolvidos com os recursos humanos e naturais podem estabelecer formas de resistência que vão contra a mobilidade das corporações transnacionais (Mair, 1997).

A segunda dimensão da heterogeneidade da hiper mobilidade de capitais refere-se às diferentes velocidades com que as várias formas de capitais se movimentam. O capital financeiro, o capital produtivo e o trabalho movem-se com diferentes velocidades, pois suas características variam imensamente no contexto da economia e da sociedade global. O capital financeiro move-se em um ritmo extremamente rápido, uma vez que as transações eletrônicas fazem com que este tipo de capital seja mobilizado instantaneamente e virtualmente sem controle. O capital produtivo se move a uma velocidade relativamente baixa e qualitativamente diferente. Como tem sido indicado pela literatura especializada (Gordon, 1996; Swyngedow, 1997), enquanto a realocação de plantas é uma estratégia freqüentemente empregada em termos globais, a capacidade de mudar estruturas produtivas é limitada por uma série de fatores sociais, econômicos e políticos tais como os custos dessa mudança, a idade dessas plantas e a sua localização em relação aos mercados relevantes. Já o tema do trabalho apresenta um conjunto de características específicas. Apesar da importante abertura da economia global para a circulação de capitais e de mercadorias, o trabalho continua sendo uma das mercadorias com maior controle. Ilustramos com o caso dos países que adotaram políticas neoliberais, onde se observa a freqüente manutenção de posturas protecionistas radicais em relação ao trabalho. Em um período em que a liberalização comercial domina a política econômica, medidas que restringem a imigração aparecem freqüentemente na agenda legislativa dos países desenvolvidos. Como se constata, de acordo com algumas análises (Spybey, 1996), o

fluxo migratório contemporâneo não excede aquele registrado nas fases anteriores do desenvolvimento do sistema capitalista. Entretanto, outras pesquisas demonstraram que componentes importantes do aparato industrial têm sua existência baseada no trabalho imigrante disponível. Este é o caso da agricultura e do setor agroalimentar (Gouveia, 1994; Friedland e Pugliese, 1989).

CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DO PÓS-FORDISMO GLOBAL

Uma releitura completa do período de crescimento do pós-guerra nos dá a sensação de que as estruturas de acumulação fracassaram e que as políticas sociais precisam ser modificadas rapidamente. Os esforços do pós-Fordismo global para reestimular o crescimento enfraquecem ou eliminam os mecanismos do pós-guerra que visavam ao aumento de oportunidades iguais, subsistência aos desempregados e necessitados, além de bloquearem a colonização, pelo capital, dos ambientes não-econômicos valorizados. Mais do que direitos iguais, a ênfase é maior na questão dos custos de regulação e na necessidade de se aumentarem a disciplina e a segurança. Neste caso, várias questões importantes devem ser ressaltadas:

1) A livre mobilidade e a extensão global do capital pós-Fordista tornam virtualmente permeáveis as fronteiras espaço-temporais, políticas e sociais que constroem o capital, criando uma nova vulnerabilidade para o bem-estar e para a identidade dos indivíduos e das comunidades nacionais, regionais e locais. Apesar da importância dos recursos e dos grupos locais específicos, a livre mobilidade do capital alterou qualitativamente as relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas.

2) Novos padrões de diferenciação sociocultural e também a homogeneização sociocultural são estimulados pelo pós-Fordismo global rompendo com a estrutura de acumulação do

pós-guerra e com os novos padrões distintos de estruturas e processos socioculturais (tendência à descentralização e centralização; novos mecanismos globais de transportes, produção de informação; formas altamente desiguais e divergentes de produção e de consumo).

3) O pós-Fordismo gera uma “crise de representação cultural” que problematiza a “cultura” do pós-guerra, destrói as teorias e as políticas da “modernização”, apresenta diversos desafios para a ciência, para a tecnologia e para outras práticas culturais, além de gerar novas “teorias culturais” sobre o “fim” da História e da Modernidade, dos significados sem referências, de novos modos de representação e de “política cultural”.

4) O mais importante para esse estudo, porém, é a ruptura na unidade **espácio-temporal da política e da economia** que caracterizou as primeiras fases do desenvolvimento do capitalismo. Nas fases iniciais do capitalismo — do capitalismo competitivo até a fase mais recente denominada de monopolista — o crescimento das relações econômicas estava centrado na existência dos Estados nacionais, cujas políticas coordenavam e mediavam as atividades dos atores econômicos. O papel histórico do Estado era duplo. Em primeiro lugar, aumentou o processo de acumulação de capital. Em segundo, legitimou a acumulação para aqueles segmentos da sociedade que não eram beneficiados por ele (O’Connor, 1986; Offe e Ronge, 1979; Poulantzas, 1978). Entretanto, segmentos subordinados da sociedade (como a classe trabalhadora) foram capazes de usar o Estado para ampliar seus interesses, introduzindo medidas e leis que os beneficiassem (isto é, a legislação de *pró-labore*, a criação dos serviços sociais, o aumento das oportunidades educacionais, etc.) (Block, 1980; Carnoy, 1984; Miliband, 1969). Geralmente, no entanto, a aliança entre o Estado e as burguesias nacionais foi caracterizada, primeiramente, pela criação e crescimento das economias nacionais e, posteriormente, pela expansão dos interesses dessas burguesias ao redor do mundo

(Braudel, 1982 e 1984). Nessas fases do desenvolvimento do capitalismo, os elementos-chave foram a capacidade do Estado para controlar as atividades econômicas que emergiram em sua jurisdição⁶ e a identificação das corporações com os países de origem (Sassen, 1990). Nessa conjuntura, as operações internacionais eram tratadas como extensão das atividades empresariais desenhadas e projetadas no país de origem, apoiadas pelo aparato do Estado.

Sob o pós-Fordismo global, a capacidade dos Estados nacionais de controlar as atividades econômicas e de ser identificado com as corporações tem diminuído significativamente (Bonanno e Constance, 1996; Harvey, 1990; Lash e Urry, 1994). Como foi indicado anteriormente, no sentido de aumentar a viabilidade econômica, as corporações têm transnacionalizado suas operações pela difusão de processos de produção, para além das fronteiras nacionais (Antonio e Bonanno, 1996; Spybey, 1996; Reich, 1991). Este movimento atingiu um dos seus primeiros objetivos, ao ultrapassar a regulamentação e as exigências do Estado. Atualmente, ao surgir um clima desfavorável em algum país ou se a legislação for impeditiva, as corporações podem mover suas bases operacionais para outros locais. Como também foi referido acima, a hipermobilidade de capitais é uma das principais características do pós-Fordismo global (Bonanno e Constance, 1996; Harvey, 1990). Ao descentralizar e reestruturar os processos produtivos, as corporações transnacionais também criaram uma situação em que seus produtos, assim como a sua identidade, não podem ser associados precisamente a um determinado país (Reich, 1991). A indústria automobilística é um bom exemplo dessa mudança. Até décadas

⁶ - Para ser mais preciso, o processo de mediação e de coordenação das atividades socioeconômicas desenvolvido pelo Estado sempre tem sido contestado pelas ações de vários grupos sociais que procuravam avançar nos seus interesses. Entretanto, por causa da força desses grupos, o Estado foi capaz, em larga medida e em várias nações, de favorecer a acumulação de capital e obter legitimação social.

anteriores, a maioria dos automóveis eram montados com componentes domésticos nas fábricas localizadas em um mesmo país. Hoje, os componentes têm origem em diversas nações e bem pouco deles são fabricados no mesmo local onde se localiza a montadora⁷. Considerações similares podem ser feitas para o setor agroalimentar (Bonanno *et alii*, 1994). A falta de uma identidade nacional aumenta a flexibilidade através da redução da fidelidade e da responsabilidade para com as entidades nacionais em suas exigências econômicas, sociais e políticas.

O ponto central é que a capacidade mediadora do Estado entre o mercado e a sociedade tem sido enfraquecida. Está aumentando incrivelmente a falta de capacidade do Estado de controlar os fluxos de recursos econômicos de acordo com as regras estabelecidas através de processos democráticos. Entretanto, isto não significa que o Estado tem sido genericamente enfraquecido. Indica sim, que o pós-Fordismo global tem reduzido substancialmente o controle dos Estados nacionais sobre os ambientes econômico e não-econômico (Antonio e Bonanno, 1996; Bonanno e Constance, 1996; Harvey, 1990; Ross e Trachte, 1990). As empresas do pós-Fordismo global procuram cenários com um bom “ambiente de negócios”. Enquanto isso possa significar uma força de trabalho qualificada e infra-estruturas altamente desenvolvidas e bem conservadas, frequentemente também significa baixos salários, trabalho disciplinável e desorganizado e negligência na regulamentação do ambiente de trabalho. “Desenvolvimento Econômico” significa, quase sempre, o encorajamento competitivo em todas essas áreas (Lambert, 1991; Mingione, 1991). Entretanto, os Estados usam a redução de impostos e várias outras formas de subsídios para

⁷ - Entretanto, as companhias ainda utilizam a identidade nacional como uma estratégia de marketing. A hipocrisia do “comprador americano” é ressaltada pela rede de lojas “Wal-Mart”, a qual usa a etiqueta “fabricado nos EUA” nas mercadorias fabricadas em outros países.

atrair ou simplesmente manter determinados empreendimentos. Conseqüentemente, os controles sociopolíticos, que contribuem para uma autonomia relativa das comunidades e das instituições nacionais e que proporcionariam a elas uma determinada segurança frente às irracionalidades econômicas, sofrem sérias corrosões.

O tema do enfraquecimento do Estado requer um breve esclarecimento. Na essência, a inabilidade do Estado enquanto mediador entre a sociedade e o mercado deveria ser entendida em termos relativos. Sua compreensão dever-se-ia pautar em termos do enfraquecimento das formas históricas dos Estados nacionais nas fases competitiva e multinacional do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento das burguesias e dos mercados nacionais constituiu-se numa das condições fundamentais para a criação e o crescimento dos Estados nacionais. O estabelecimento de Estados independentes, primeiramente na Europa e posteriormente nas outras partes do mundo, gerou formas de coordenação das atividades econômicas e sociais que se incorporaram ao papel histórico do Estado no seu auxílio à acumulação de capital e na manutenção da legitimação social (Offe, 1985). A expansão do capitalismo para o âmbito multinacional foi caracterizada pelo estabelecimento dos blocos imperialistas. Cada bloco era controlado por um Estado nacional imperialista e pelos grupos burgueses que ele representava (Sweezy, 1942). Esta forma de Estado caracterizou o período Fordista de expansão capitalista e definiu as hierarquias dos Estados nacionais no âmbito do sistema mundial. Sob o pós-Fordismo global as condições que fraturaram a unidade da política e da economia geraram uma crise na forma de atuação dos Estados nacionais. De fato, a literatura recente (Cox, 1997; Giddens, 1994 e Lash e Urry, 1994) ressalta a emergência de novas formas de Estado, uma vez que a regulação, a coordenação e a mediação das atividades socioeconômicas estão sendo reorganizadas em níveis que transcendem os Estados nacionais.

5) O rompimento da unidade temporal-espacial entre a economia e a política afeta também o funcionamento da democracia. Nas fases iniciais do capitalismo, a democracia liberal emergiu como uma das mais relevantes expressões políticas do capitalismo nacional. A ideologia burguesa, centrada nos direitos individuais e na liberdade, criou a estrutura para a democracia constitucional nos Estados nacionais independentes (Dewey, 1963). Posteriormente, na fase Fordista, as lutas dos movimentos sociais e políticos e a expansão das forças produtivas convergiram para a criação de uma forma de democracia mais inclusiva e participativa. Apesar das contradições e de abusos explícitos, os princípios democráticos tornaram-se intrínsecos ao clima cultural das sociedades avançadas (Sandel, 1996). A evolução do colonialismo para o imperialismo impediu a expansão das instituições democráticas para um número significativo de países em desenvolvimento. Nesses países, o Estado nacional dependente foi incapaz de sustentar a democracia política, uma vez que as forças econômicas e políticas externas passaram a ditar as formas de coordenação da economia e da política (Cardoso e Faletto, 1979; Frank, 1979). Entretanto, por causa do aumento da incapacidade do Estado de controlar o ambiente econômico e o não-econômico, sob o pós-Fordismo global as ordens (direções) que o Estado recebe de seus cidadãos não podem ser totalmente implementadas conforme está previsto na moderna teoria da democracia. O fracionamento da unidade temporal-espacial entre a política e a economia, portanto, significa uma crise de representação política. O Estado está aumentando sua incapacidade de representar os desejos dos seus cidadãos. A tendência é um deslocamento para uma situação em que os membros das comunidades manteriam a possibilidade de expressar seus desejos no campo político de acordo com os preceitos da teoria da democracia liberal (Mill, 1989). Esta situação está sendo substituída por uma outra onde o poder econômico de alguns atores faz crescer despropor-

cionalmente seu poder político em relação a outros grupos cujos interesses estão em risco.

INTERPRETAÇÕES DA TRANSIÇÃO DO FORDISMO PARA O PÓS-FORDISMO GLOBAL: SUPOSIÇÕES E CRÍTICAS BÁSICAS

O conceito da transição para além do Fordismo tem sido o objeto de um amplo debate por parte dos cientistas sociais. De fato, nem todos concordam com a morte (fim) do Fordismo e que agora a sociedade e a economia estão caracterizadas pelo pós-Fordismo global. Com essa questão em mente, estou propondo uma breve revisão deste debate, destacando sua amplitude e focalizando-o quase que exclusivamente sobre os argumentos produzidos pela Sociologia da Agricultura e da Alimentação. No entanto, referências de trabalhos importantes que têm afetado o caráter deste debate também serão consideradas.

Inicialmente, é importante lembrar ao leitor que o conceito de Fordismo foi primeiramente usado por Antonio Gramsci para designar um tipo mais racionalizado de capitalismo corporativo que cresceu no início do século vinte e que foi tipificado a partir das linhas operacionais de Henry Ford e do gerenciamento científico de Frederick Taylor, os quais conduziram a uma maior intervenção do Estado⁸. Apesar da importância do trabalho de Gramsci, por muitas décadas o conceito de Fordismo foi ignorado nos debates sobre as transformações capitalistas. Somente no final da década de 70 é que esse conceito foi reintroduzido nos debates pelos membros da “Escola Regulacionista”.

⁸ - Para ser mais preciso, Gramsci usou o termo Fordismo para escapar do Facismo mais do que enfatizar as estratégias de inovação gerencial introduzidas por Henry Ford nos EUA. Seus comentários foram dirigidos para o processo global de racionalização do sistema capitalista que estava sendo introduzido no Ocidente logo após a Primeira Guerra Mundial.

De acordo com os representantes europeus da Escola Regulacionista⁹ (Aglietta, 1979; Lash e Urry, 1987 e Lipietz, 1992), o capitalismo está dividido em períodos específicos de estabilidade socioeconômica seguidos de períodos de crise. A contradição inerente ao sistema capitalista não permite que se tenham períodos contínuos de estabilidade e de crescimento. Ao contrário, o capitalismo gera crises que requerem uma reestruturação e o estabelecimento de novos mecanismos de estabilidade. De acordo com os regulacionistas, a estabilidade é obtida através da criação de “regimes de acumulação”. Estes são períodos históricos com condições favoráveis que permitem a reprodução do processo de acumulação de capital e a manutenção de níveis aceitáveis da ordem socioeconômica capitalista. Ao conjunto de normas e instituições que dão suporte ao regime de acumulação denomina-se “modos de regulação”. Cada período histórico é definido por um regime de acumulação e por um modo de regulação a ele relacionado (Aglietta, 1979). De acordo com os regulacionistas, tais como Aglietta e Lipietz, no final dos anos 60 a era Fordista entrou em um período de crise que contribuiu para o fim desse regime. O aumento dos custos de produção e dos salários, o declínio na produtividade e a saturação dos mercados são alguns dos fatores que conduziram ao final do Fordismo. O novo regime de acumulação é identificado como pós-Fordista e caracterizado pelo aumento da flexibilização das ações econômicas por parte das corporações e pela crise dos Estados nacionais.

A doutrina da Escola Regulacionista também tem sido empregada nos debates na América. Sabel (1982), Piore e Sabel (1984) e Hirst e Zeitlan (1988, 1991) proporcionaram uma versão similar para o fim do Fordismo e também para a emergência do pós-Fordismo. Referindo-se freqüentemente ao

⁹ Para uma descrição mais detalhada da Escola da Regulação e das suas críticas, veja nosso primeiro livro: *Caught in the Net*, principalmente nas páginas 31 a 75.

caso da “Terceira Itália” (Bagnasco, 1977), eles afirmam que emergiu um novo sistema de “especialização flexível”. Esse sistema, na opinião desses autores, permite o desenvolvimento de altos níveis de acumulação, ao incorporar as mudanças nas demandas dos consumidores e evitar os problemas associados aos distúrbios provocados pelos trabalhadores. Nessa visão, a especialização flexível é uma solução desejável para as crises socioeconômicas atuais porque ela combina a emergência de novas tecnologias com o aumento da qualidade de produção a partir das estratégias empresariais. Contrariamente às outras versões do advento do pós-Fordismo (Harvey, 1990; Lash e Urry, 1994), essas avaliações apresentam versões relativamente otimistas deste processo de mudanças. Na opinião desses autores, a combinação das empresas integradas verticalmente, das tecnologias baseadas em computadores e da expansão da interação com os consumidores permite visualizar um potencial significativo que aponta para um novo período de prosperidade e de democratização.

Para ser mais correto, a periodização que contempla a transição do Fordismo para o pós-Fordismo tem sido criticada por vários pontos de vista (Gordon, Edwards e Reich, 1982; Gordon, 1988; Clark, 1990). Para Gordon e seus associados, por exemplo, a mais recente fase de desenvolvimento capitalista iniciou-se na década de 20 e continua até o presente, sem interrupções (Gordon, Edwards e Reich, 1982). Utilizando o caso dos EUA, esses autores argumentam que determinados grupos capitalistas empregaram estratégias vitoriosas, as quais fragmentaram e, conseqüentemente, enfraqueceram o trabalho. A fragmentação do trabalho foi o resultado de um sistema penetrante de segmentação das vidas e experiências dos trabalhadores associadas a discriminações racial, étnica e sexual na estrutura e no mercado de trabalho. O resultado foi o surgimento de um sistema com raízes profundamente desiguais e que impediu os trabalhadores de desenvolverem a solidariedade po-

lítica e cultural. Essa situação frustrou a expansão dos movimentos radicais e/ou de base socialista e limitou a capacidade geral do mercado de trabalho de conter a hegemonia capitalista (Gordon, Edward e Reich, 1982). Assim, eles argumentam que, por causa da continuidade do sistema capitalista ao longo do século vinte, o pós-Fordismo está historicamente impreciso ao invocar (pretender) o fim desse regime de acumulação (Fordismo).

Posteriormente, David Gordon (1988, 1996) descartou as teorias que enfatizavam a crise dos Estados nacionais, a emergência da globalização da produção e a nova divisão internacional do trabalho. Para ele, a noção das teorias estruturais da globalização que tendem/apontam para a fraqueza do poder dos Estados não é algo garantido. Na visão de Gordon, essa situação deve-se às condições econômicas adversas, o que não deveria ser confundido com transformações da economia capitalista. De fato, o papel do Estado na economia tem se expandido continuamente desde a década de 70. O autor rejeita também a doutrina que afirma que o período corrente é caracterizado pela internacionalização da economia. Utilizando dados agregados da produção, Gordon (1988) demonstrou que a sociedade tem progredido no sentido de aumentar o fechamento das economias e que o fluxo de capitais tem abandonado gradualmente os países menos desenvolvidos. No passado, esses países estavam abertos para receber investimentos diretos dos países avançados. Nos tempos atuais, esse processo tem tido uma alta redução na mobilidade de capital produtivo (1988).

Outros críticos, enquanto aceitam a idéia da qualidade das mudanças na organização do capitalismo no século vinte, questionam a extensão da globalização da economia e da sociedade. Hirst e Thompson (1996) defendem a idéia de que a economia internacional tem mudado significativamente, tanto na estrutura quanto na forma de governança em relação ao período de 1950 a 1970. Entretanto, essas formas de interna-

cionalização intensa da economia também ocorreram em outras fases do capitalismo. Eles argumentam que o capitalismo era muito mais aberto nos primeiros anos do século vinte (1900 a 1914) do que nas últimas duas décadas. Portanto, é possível afirmar que ainda estamos numa fase multinacional do capitalismo, na qual tanto os processos internacionais quanto os mercados nacionais são componentes fundamentais da acumulação capitalista.

A principal objeção desses autores às teorias da globalização refere-se à extrema pretensão sobre a existência de corporações e de uma economia verdadeiramente globalizadas. Analisando dados secundários dos ativos e dos investimentos das corporações, os autores concluíram que o volume de atividades econômicas internacionais é levado a cabo pelas ações dos cinco países mais ricos do mundo. Essas nações são os membros da economia global. De fato, a fase corrente do capitalismo é aquela onde as corporações ainda estão totalmente ligadas/juntadas às economias e aos mercados nacionais. Até o anunciado crescimento do comércio global não é mais do que o crescimento do comércio com os novos blocos emergentes — União Européia, NAFTA e Pacific Rim. Neste contexto, embora tenham emergido as corporações transnacionais, as companhias tentam manter grande parte de seus negócios dentro desses três blocos. Segue daí que as previsões sobre o esvaziamento dos Estados nacionais são demasiadamente exageradas. Entretanto, os autores afirmam também que, por causa dessas mudanças, o controle sobre as atividades econômicas e sobre os atores sociais diminui no âmbito nacional e aumenta no espaço internacional, sobretudo naquele representado pelo NAFTA e pela União Européia.

DEBATE NA SOCIOLOGIA DA AGRICULTURA E DA ALIMENTAÇÃO

A transição do Fordismo para o pós-Fordismo global também é discutida no contexto dos debates sobre as mudanças no setor agroalimentar. Na essência, este debate está caracterizado, ao menos, por três posições distintas — em vários graus — da minha análise sobre o pós-Fordismo global. A primeira dessas posições é exemplificada pelos trabalhos de Philip McMichael (1996 (a) e (b)). A segunda é representada pelos trabalhos de William H. Friedland (1994 e 1995). E a terceira pode ser resumida a partir dos trabalhos de Alberto Arce e seus associados (Arce, 1997; Arce e Fisher, 1997).

A crítica de McMichael é em relação a não-problematização do uso do conceito de globalização da economia e da sociedade. Enquanto ele aceita a existência de uma integração econômica global, argumenta também que uma parcela significativa da população mundial está excluída dos circuitos globalizados. Em suas considerações, o autor clama por um conhecimento histórico das análises da globalização, o que resultaria numa problematização do tema. Nesta conjuntura, sua interpretação enfoca os fatores econômicos e estruturais que geraram o aparecimento e a evolução do sistema global e levaram à transição do Fordismo para o pós-Fordismo global. Seguindo Giovanni Arrighi (1994), McMichael afirma que o aspecto fundamental da reorganização da ordem mundial é um fenômeno de liquidez: de preferência por liquidez de capital fixo (McMichael, 1996). Os investidores mudaram seus capitais líquidos para capitais produtivos e com isso afetaram toda a reorganização das instituições econômicas e políticas. As instituições financeiras aumentaram o seu poder e a sua capacidade de controle sobre os serviços das dívidas o que, em contrapartida, afetou as ações das corporações produtivas e também os Estados nacionais. Na opinião do autor, esse processo foi

orquestrado por uma elite financeira global de gerentes financeiros que foi assessorada por burocratas globais e também pelos líderes corporativos (1996a).

Paralelamente aos argumentos propostos pelos membros da “Escola Regulacionista”, McMichael afirma que o projeto da globalização é a mais recente tentativa de estabilizar o capitalismo. O aspecto pouco usual da globalização repousa no fato de que ela parte das velhas estratégias de modernização. Estas eram baseadas nos projetos de desenvolvimento nacional que tinham o propósito de reproduzir as experiências das sociedades avançadas. Hoje, os modelos tradicionais de desenvolvimento têm sido substituídos por estratégias de especialização que desencadeiam processos de diferenciação e de integração nas distintas regiões mundiais (1996b).

As origens dessa mudança estão localizadas na segunda metade do século atual. Em particular, McMichael divide com os outros proponentes do fim da teoria do Fordismo a idéia de que a década de 70 representa um período crítico no processo de reorganização da ordem socioeconômica mundial. Durante aquele tempo, os países do Terceiro Mundo aceleraram os processos de desenvolvimento esperando alcançar os países do mundo desenvolvido. As estratégias de industrialização orientadas para as exportações foram financiadas por bancos mundiais que geraram um fluxo substancial de empréstimos com poucas garantias. Um dos primeiros resultados dessas atividades foi o estímulo ao comércio entre nações e o subsequente aumento das ligações econômicas globais. A crise do dólar e a emergência do “Eurodollar”, entretanto, praticamente eliminaram o poder do regime monetário de Bretton Wood e inauguraram um período de instabilidade financeira mundial. Essas condições fomentaram um crescimento adicional das atividades das corporações globais e criaram uma nova casta de bancos globais (1996:33).

No final da década de 70, o declínio da rentabilidade no Primeiro Mundo e a subsequente adoção de políticas econômicas monetaristas puseram um fim ao fluxo de empréstimos para o Terceiro Mundo. Os países em desenvolvimento experimentaram sérias crises financeiras que motivaram as instituições financeiras internacionais — como FMI e o Banco Mundial — a exigirem a implementação de planos de reestruturação econômica durante as décadas de 80 e 90. As nações em desenvolvimento foram forçadas a reestruturarem seus programas sociais e abandonarem os projetos de desenvolvimento que estavam baseados em ações e atores voltados para a economia doméstica. Neste contexto, as instituições multinacionais, a classe financeira e os administradores do Estado atuaram no sentido de reorientar a implementação de políticas neoliberais às economias em desenvolvimento. Um dos resultados foi a consolidação da posição das corporações globais uma vez que as privatizações dos ativos nacionais e a abertura dos mercados domésticos, contribuíram para a redução dos salários e para o enfraquecimento do poder dos Estados nacionais (1996: 34-35).

As similaridades das posições de McMichael com nossa interpretação sobre a emergência do pós-Fordismo global são óbvias. Entretanto, ressaltam-se aqui algumas de nossas diferenças. Em primeiro lugar, McMichael tende a diminuir a ênfase do papel social dos atores (isto é, dos grupos, classes) e das relações sociais na gênese da globalização da economia. Apesar das referências ao papel das elites financeiras mundiais, dos burocratas e dos líderes corporativos, a ação das instituições econômicas (FMI e Banco Mundial) e o papel dos instrumentos financeiros (do dólar) são considerados razões suficientes para o entendimento do processo de mudanças. Neste sentido, a teoria de McMichael concretiza essa mudança ao negligenciar o exame das relações sociais que moldaram as ações das instituições financeiras. Conseqüentemente, a interpretação de McMichael sobre a economia global proporciona uma pequena explicação

sobre as origens dessas ações. Com isso, parece que na sua visão, essas instituições e instrumentos têm sua própria vida e agem seguindo os modelos que eles criaram e implementaram.

Em segundo lugar, a desconsideração da importância das relações sociais no processo de mudanças faz com que McMichael entenda a emergência da economia global como que um plano pré-decidiado pela classe financeira e seus aliados. Assim, os processos de resistência de determinados grupos e classes são negligenciados. Este aspecto é um ponto de divergência interessante nas teorias estabelecidas sobre a crise do Fordismo (Aglietta, 1979; Lipietz, 1992), uma vez que realça a importância das ações dos grupos subordinados sobre a crise das formas Fordistas do capitalismo multinacional. Em outras palavras, a teoria de McMichael reserva pouco espaço para a inclusão dos movimentos de resistência (movimento de mulheres, sindicatos, organizações dos direitos civis, fundamentalismos religiosos, movimento estudantil, movimento nacionalista dos países em desenvolvimento, etc.), os quais colocaram importantes restrições ao regime de acumulação Fordista. Segue-se que, para McMichael, o processo da globalização aparece como um sistema totalizante em que a resistência ou é uma alternativa remota ou é virtualmente impossível. Apesar da preocupação em problematizar a História, a postura adotada por esse autor transforma os intensos processos de luta de classes em uma estratégia unilateralmente dirigida pelas poderosas elites.

Finalmente, em função da interpretação mecanicista de McMichael sobre as transformações, a sua versão da evolução da economia mundial aparece sem contradições. Assim, o aparente poder não abalado das elites corporativas, bem como sua capacidade irrestrita para implementar previamente estratégias vantajosas decididas são suposições que dificultam a capacidade de McMichael em ver os limites das ações desses atores transnacionais. Entretanto, esses limites têm sido realçados por

vários trabalhos (Arce, 1997; Hirst & Thompson, 1996), os quais têm demonstrado que os atores globais estão, de fato, empenhados em seus esforços para controlar as mudanças, porém, em alguns casos, os resultados dessa luta nem sempre têm sido contrários aos interesses das elites transnacionais e de seus aliados. Mais importante ainda, esses estudos demonstraram que, ao buscarem desenfreadamente a acumulação de capital, essas empresas transnacionais líderes ainda dependem da existência de mercados nacionais e de entidades coordenadoras, como é o caso do Estado. Por outro lado, as empresas transnacionais líderes exibem determinadas fraquezas que podem ser e têm sido exploradas pelos grupos alternativos — como é o caso dos grupos ambientalistas, das organizações de consumidores e dos sindicatos — provocando alterações significativas no seu comportamento. Para os autores citados, a economia global é um terreno em disputa, cujos resultados são historicamente determinados. McMichael poderia até concordar com essa interpretação, porém sua teoria não possui explicações para as ações dos grupos alternativos.

A segunda posição que eu gostaria de discutir brevemente neste capítulo é a de Willian H. Friedland (1994 - a e b, 1995). O significado da contribuição de Friedland baseia-se em, pelo menos, dois aspectos. Primeiro, ele foi pioneiro no estudo do sistema agroalimentar mundial, através do uso do método de “análise das mercadorias”. Segundo, esse autor firmou-se como um dos mais influentes pesquisadores nesta área científica através da produção de vários estudos com base empírica sobre o sistema agroalimentar mundial.

A posição de Friedland difere significativamente da de McMichael, uma vez que ele reconhece tanto a natureza contraditória da evolução da economia global como a ação das diferentes classes sociais envolvidas neste processo. Adicionalmente, ele vê a globalização como um fenômeno desigual que não afeta da mesma forma e com a mesma abrangência todas as

regiões, setores e mercadorias. Além disso, Friedland opõe-se à visão dos autores que descrevem o atual sistema global em termos do pós-Fordismo e da especialização flexível. Este talvez seja o aspecto mais importante da sua teoria. De acordo com Friedland, os autores que dão suporte à teoria da especialização flexível, fazendo a distinção entre Fordismo e pós-Fordismo, cometem dois erros fundamentais: primeiro, enfatizam demasiadamente a extensão da difusão da produção artesanal flexível e, segundo, argumentam equivocadamente em relação ao fim do Fordismo.

No primeiro caso, Friedland concorda que tenham ocorrido tendências para a especialização e para a globalização da produção. Porém, essas tendências não são caracterizadas pela produção artesanal. Embora seja possível argumentar que há uma presença significativa desse tipo de produção, como no caso dos estudos sobre a Terceira Itália. Entretanto, em outras situações têm-se resultados totalmente diferentes. Utilizando o caso da produção de frutas e vegetais *in natura* (frescos), Friedland argumenta que a presença de pequenas unidades de produção e a descentralização de um amplo sistema de integração vertical não representam o fim da produção em massa e a concomitante emergência de um sistema manufatureiro baseado na forma artesanal. Ao contrário, esses fatos testemunham o desenvolvimento de um sistema de produção em massa bem mais sofisticado que está ancorado, só formalmente, nas pequenas unidades de produção independentes. Neste caso, o autor observa que estas pequenas unidades são controladas pelas grandes corporações transnacionais. As companhias transnacionais empregaram esquemas técnicos e legais para fragmentarem as unidades de produção que, devido ao seu grande tamanho e às necessidades operacionais, eram muito onerosas e apresentavam baixas respostas às novas e diversificadas demandas dos mercados.

Para Friedland, então, a descentralização da produção é um fenômeno complexo formado por, pelo menos, dois aspectos básicos. O primeiro aspecto refere-se ao sistema de controle da descentralização da produção anteriormente citado. O segundo aspecto está relacionado ao fato de que a produção individualizada também é altamente padronizada. O resultado dessa situação é uma produção em massa de mercadorias especializadas. Os estudos de Friedland no setor de frutas e vegetais da Holanda exemplificam bem esta característica. A produção artesanal é realizada em pequenas unidades, ao mesmo tempo em que é padronizada por um complexo sistema de inspeção baseado em requisitos explicitamente detalhados. Os produtores atendem a esses requisitos quando geram produtos que são homogêneos para os diversos tipos de mercadorias. Deste modo, as frutas e os vegetais são padronizados de acordo com o tamanho, cor, forma, e outras variáveis, a fim de que cada tipo de mercadoria, independente da sua origem, mantenha a uniformidade desejada. Quando as mercadorias são trazidas para os mercados leiloeiros centralizados, elas serão dirigidas para o destino final de acordo com as disponibilidades do mercado. Para Friedland, isto é uma produção individualizada mas que é gerada em massa. Neste sentido, ele afirma que “as técnicas de produção em massa têm sido desenvolvidas apesar da existência de muitas unidades individuais que, inclusive, podem ser artesanais, para que essas unidades se dediquem a produções padronizadas, ou seja, tanto os produtos como os processos de produção são padronizados e controlados pelo próximo nível de integração” (1994b: 5).

A formação de nichos de mercado é o tópico principal para se entender a produção em massa individualizada. Para Friedland, este fenômeno refere-se à fragmentação de um mercado de massa-padrão em uma variedade de mercados com produtos especializados. Isso responde à crise dos mercados homogêneos de massa, pois introduz um sortimento de produtos

necessários para o atendimento das novas demandas dos consumidores globais. O ponto é que a fragmentação dos mercados fomenta a expansão do consumo, a qual é correspondida pela introdução de uma variedade de novos produtos. Na essência, apesar da aparente independência dos produtores, os produtos e o processo de trabalho mantêm seu caráter massivo e continuam totalmente controlados por aqueles setores que estão acima dos produtores, como aqueles que são encontrados nos demais setores da economia global.

A teoria dos nichos de mercado permite a Friedland rejeitar as teses do fim do Fordismo e do desenvolvimento do pós-Fordismo. De acordo com esse autor, os dois elementos decisivos para o Fordismo nos EUA foram a expansão do consumo, por intermédio do aumento salarial, e a linha de produção padronizada. Essas são as duas características básicas que definiram a estratégia revolucionária de Henry Ford. Ford e vários empresários, políticos e intelectuais imaginaram um sistema onde, através de aumentos salariais, fosse gerado um padrão de consumo massivo, que pudesse absorver a produção em massa. Para Friedland, esse modelo atingiu seu ápice na década de 20 devido à sua superpadronização, uma vez que se tornou impossível a geração contínua de altos níveis de consumo, com a produção em massa limitada para um determinado número de produtos (itens). Segundo Friedland, a observação de Ford de que os consumidores poderiam ter qualquer cor do Ford modelo-T, ao desde que ele fosse preto, indicava a essência do problema.

Este impasse foi incorporado por Alfred Sloan na General Motors. Sloan reconheceu a importância dos nichos de mercado e introduziu o conceito de “opção”. Esta representava variações do modelo básico de produção em massa que os consumidores acrescentavam em relação ao seu poder de compra e padrão de vida. Em outras palavras, a introdução do conceito de “opção” permitiu a diferenciação do mercado consumidor, ba-

seada na estratificação das classes sociais. Essa diferenciação fortaleceu e expandiu a produção e o consumo em massa. Ao longo dos anos, essa forma original de Sloan sofreu mudanças importantes e se expandiu da indústria automobilística para as demais esferas da produção, destacando-se a indústria têxtil, eletrônica e alimentícia. Friedland argumenta, entretanto, que a situação não deve ser confundida com o fim do Fordismo. Ao invés disso, tal fato representa a modificação do Fordismo tradicional para o Sloanismo. Este é um sistema de produção em massa controlado por grandes corporações que oferecem uma importante diferenciação de produtos e, portanto, dão a impressão do fim da produção em massa e a sua substituição pela produção artesanal.

Para ser mais exato, Friedland admite que hoje está havendo um retorno à produção especializada gerada pela escala artesanal (não-massiva). Entretanto, ele afirma que isso é um fenômeno que envolve somente segmentos relativamente pequenos da sociedade e, em particular, frações das classes média e alta. Segmentos dessas classes têm capacidade econômica e desejos culturais para consumir produtos alimentares artesanais bem mais caros, os quais estão fora do alcance da grande maioria da população. Essa parte expressiva da população ainda está confinada aos itens alimentares relativamente baratos e produzidos em massa. Deste modo, o fato de que segmentos ricos da sociedade possam comprar e consumir produtos artesanais não significa que este seja o caso da maioria da população e nem que seja o fim do Fordismo.

O argumento de Friedland é consistente e faz a ligação efetiva entre a evolução das estratégias de produção com as estruturas de classe das sociedades capitalistas desenvolvidas. Entretanto, essa argumentação pode ser questionada pelo fato de que suas críticas dizem respeito apenas a um determinado segmento da literatura sobre Globalização e pós-Fordismo, o qual apresenta um número relativamente limitado dos aspectos

relacionados aos dois fatores anteriormente citados. Em primeiro lugar, há um enorme número de trabalhos sobre a globalização da economia e da sociedade que não compartilham do otimismo da escola da “especialização flexível”. De fato, a maioria dos trabalhos recentes sobre as transformações da economia e da sociedade realça a natureza contraditória dessas mudanças e as conseqüências negativas que elas geram para uma série de atores e de instituições, destacando-se aí a classe trabalhadora e a própria democracia. Em segundo lugar, a análise de Friedland está quase que exclusivamente focalizada sobre a produção. Embora isso seja central, uma postura desta natureza negligencia o fato de que o Fordismo e o pós-Fordismo como a globalização não têm sido teorizados apenas a partir da esfera da produção.

O Fordismo representa, talvez, o melhor exemplo das limitações da teoria de Friedland. Na formulação original (Gramsci, 1975) e nas interpretações contemporâneas (Aglietta, 1979; Lipietz, 1992 e Harvey, 1990), o conceito de Fordismo tem sido usado para indicar a complexidade do sistema econômico, social e político. Como já foi ilustrado, o Fordismo não só tem sido usado para indicar a existência da produção em massa mas também — e com igual ênfase — para se referir à existência de um sistema de equilíbrios sócio-políticos que envolvem uma ampla intervenção governamental, além de outras características tais como o acordo entre Capital e Trabalho, a difusão do Estado de Bem-estar Social e a visão da inclusão e da participação democrática (Antonio & Bonanno, 1996). Assim, os argumentos daqueles que defendem a idéia da emergência do pós-Fordismo baseiam-se principalmente no fato de que ocorreram mudanças drásticas nesses arranjos durante as últimas duas décadas. Adicionalmente, algumas interpretações sobre a transição do Fordismo para o pós-Fordismo evitam pronunciamentos que supõem a idéia de que as características do Fordismo tenham sido completamente eliminadas nos dias

atuais. Ao contrário, elas afirmam a complexidade das condições presentes que envolvem a contínua existência de algumas das características básicas do Fordismo.

A dicotomia Fordismo/pós-Fordismo foi rejeitada por Alberto Arce e seus associados. Esses autores analisam o Fordismo e sua crise como um fenômeno que pode ser amplamente explicado através da análise em nível macro, afirmando que as interpretações que consideram o Fordismo como um processo homogêneo são incorretas. Apesar do fato de essas críticas serem comuns nos debates contemporâneos¹⁰, elas realçam originalmente a falta de consideração das microdimensões dos processos e sua diversidade, que contribuem para desvendar uma série de fatos. Empregando uma dimensão fenomenológica, atores dão sentido às suas vidas diárias através da interpretação de situações que eles empregam para apro-

¹⁰ As críticas sobre a inadequação dos conceitos explicativos de Fordismo e Pós-Fordismo têm sido propostas por vários autores do campo macro. Por exemplo, Fine *et alii* (1996); Goodman & Watts (1994), os quais afirmam que é muito difícil se manter a idéia de que tenha existido um sistema alimentar simples durante o regime Fordista. De fato, uma análise mais precisa do Pós-Guerra revela que existiu uma variedade de sistemas agroalimentares, mesmo que eles tenham atendido a um mercado global comum. Esses autores questionam as elaborações da literatura sobre a existência do regime alimentar fordista. Além disso, as críticas questionam também a suposição de que o regime Fordista entrou em crise na década de 70. Ironicamente, a discussão da fragmentação do regime Pós-Fordista também tem sido exagerada. Na essência, por causa das afirmações exageradas sobre a uniformidade, primeiramente, e sobre a fragmentação, posteriormente, os conceitos de Fordismo e Pós-Fordismo mantêm um poder explanatório bem pequeno. Para responder a esses críticos, pode ser afirmado brevemente que esses autores também estão exagerando em suas interpretações conceituais. Ao invés de lidarem com esses conceitos como tipos ideais, os autores acima citados assumem posições reducionistas que lhes permite contrastar o sistema agroalimentar com as outras esferas econômicas e encontrar itens empíricos que desmentem a uniformidade assumida do sistema. Em outras palavras, as interpretações dos conceitos por esses autores revela uma leitura limitada e rígida que é facilmente desmistificada quando comparada com dados empíricos. Como foi indicado anteriormente, ambos os conceitos (Fordismo e Pós-Fordismo) devem ser lidos de uma maneira mais compreensiva e mais aberta.

fundarem suas existências. Portanto, a atual ordem mundial precisa ser desconstruída para que se possa entender o processo básico de interpretação e de ação. As análises macro negligenciam esses aspectos e proporcionam uma interpretação limitada do processo global (Arce, 1997). Em seus arrazoados para uma reconsideração séria sobre o papel dos atores locais na modelação dos eventos globais, ele questiona as proposições que definem a globalização em termos dos processos locais que estão sendo afetados por eventos bem distantes (Giddens, 1990). Para Arce, essas proposições têm pouco a dizer em termos de como os atores interpretam e traduzem os fenômenos globais.

Utilizando uma proposição de ator orientado (Long & Long, 1992), Arce e seus associados afirmam que os processos globais são fragmentados e reinterpretados em nível local. É um fenômeno único para o âmbito local uma vez que é baseado nas leituras particulares dessa situação, feita pelas populações locais. Os fenômenos globais, em outras palavras, são mediados e reconfigurados pelos atores locais. Portanto, é importante ratificar as diferenças e as particularidades desses aspectos através de uma análise mais próxima (Arce & Fisher, 1997:2). Fica claro, nessa visão, que os conceitos de Fordismo e de pós-Fordismo não têm uma capacidade analítica para responder às demandas epistemológicas. Deste modo, como uma alternativa às explicações estruturais reducionistas, Arce propôs o uso dos conceitos de “configuração social” e de “animação social”. Por “configuração social” Arce e associados referem-se ao conhecimento humano e às práticas baseados nos processos e instituições que circundam a produção de mercadorias agrícolas (Arce & Fisher, 1997:10). Por “animação social” eles se referem aos processos através dos quais um objeto torna-se uma mercadoria. Mais especificamente, eles definem isso como a mobilidade de um objeto e a maneira como ele transporta e expõe as manifestações das instituições, situações e contingências que são significativas para as pessoas.

Empregando um pronunciamento pós-moderno, Arce afirma que a mediação e a interpretação aumentam a reflexão permitindo, conseqüentemente, aos indivíduos e comunidades uma nova forma de emancipação ao incorporarem algumas das vantagens que emergem globalmente. Uma maneira ressaltada pelo autor para ilustrar este aspecto é o caso do crescimento do setor de frutas no Chile. Este país apresentou transformações rápidas e radicais no setor de frutas frescas. Em poucos anos a produção desse setor foi transformada fazendo com que o mesmo, que antes era limitado e orientado para o seu interior, se tornasse uma das maiores fontes mundiais de frutas frescas. Arce realça, ao documentar a história de vida dos indivíduos envolvidos nessa produção agrícola, como o conhecimento de eventos distantes e atuais tem sido reinterpretado e incorporado ao cotidiano dos atores no sentido de se criarem as condições necessárias à expansão e sucesso deste setor. Para decodificar o cotidiano das pessoas, Arce distanciou-se das interpretações que dão prioridade aos fatores econômicos básicos. Para ele, as dimensões culturais e estéticas, tais como a moda e o gosto, são tão cruciais quanto os fatores econômicos nas explicações da emergência das relações globais.

Enquanto rejeita firmemente as interpretações estruturalistas da transição do Fordismo para o pós-Fordismo, Arce é cuidadoso ao pontuar a importância das análises macro. De fato, ele e seus associados defendem que estudos do setor agroalimentar contemplem os níveis micro e macro (Arce & Fisher, 1997:19). Entretanto, a chamada para essa complementaridade é problematizada por certa rigidez que emerge da própria interpretação desses autores. É particularmente relevante a leitura não problematizada de Arce sobre o poder no contexto global. Sua ênfase na capacidade dos atores locais para mediar e interpretar os processos globais diminui a importância do papel restritivo decorrente das ações dos atores globais. Por causa de seu constante enfoque sobre os casos nos quais os atores locais

têm obtido sucessos ao utilizarem as vantagens das tendências globais, sua leitura torna-se difícil de ser aplicada nas instâncias em que os atores locais só se lamentam acerca das conseqüências negativas do processo de globalização. Assim, enquanto os produtores chilenos prosperam ao desenvolverem o setor de frutas frescas, os produtores argentinos sofrem uma grave e não-solucionada crise. Além disso, enquanto Arce assinala que as políticas das empresas transnacionais visam à manutenção de altos níveis salariais entre os trabalhadores chilenos que criam as condições para a estabilidade a partir das ações dos atores locais, sua análise não examina minuciosamente o fato de que o trabalho no Chile é um dos mais baratos da região e os acordos entre Capital e Trabalho, historicamente, têm adicionado novas condições de dependência para o próprio trabalho. Este caso também pode servir para ilustrar os resultados das pretensões de Arce que limita a definição dos processos globais em termos das mudanças nos eventos locais a partir de fatores distantes. De fato, ele reconhece a importância que as demandas dos mercados distantes têm em termos das atividades dos produtores locais. Entretanto, ele falha por não reconhecer o poder e as demandas que estão associadas a essas forças quando se estabelecem e se mantêm tais demandas.

As interpretações feitas por Arce do fenômeno cultural, tais como a moda e comportamentos coletivos como o consumo, são também problemáticos. Na visão dele o comportamento do consumidor e a moda são admitidos e considerados como externos às relações sociais, o que caracteriza o fenômeno global. Conseqüentemente, os mercados de frutas exóticas das sociedades ricas são vistos como eventos que emergem dos desejos amplos dos grupos que caracterizam esse mercado¹¹.

¹¹ Para ser bem preciso, Arce descreve a estratégia empregada por vários autores para estimular o consumo de tipos particulares de produtos agrícolas. Mas as implicações desse processo para a criação de demandas dos consumidores evaporam-se no seu tratamento dos mercados. Em trabalhos recentes (1997), Arce indica que a conveniência dos consumidores destitui

Através da popularização da literatura pós-moderna, afirmações sobre os efeitos dos consumidores e da moda sobre o desenvolvimento do setor agroalimentar dizem pouco a respeito da complexidade desses fenômenos. Relevante, ainda, é registrar que essa proposição de Arce não é uma tentativa de desconsiderar a influência que os atores globais, tais como as corporações transnacionais, têm na criação de padrões de consumo e da moda. O fracasso em conclamar à desconsideração choca-se com a ênfase decisiva de Arce em decifrar os padrões assimilados que caracterizam a vida cotidiana.

Apesar das objeções levantadas por esse artigo, as contribuições desses autores superam suas limitações. De fato, a Sociologia da Agricultura é uma das áreas onde o debate sobre a globalização está bastante avançado. Este artigo foi escrito visando a documentar este fato, bem como evidenciar os esforços sociológicos que estão sendo desenvolvidos no sentido de se compreenderem as mudanças que estão em curso na sociedade.

CONCLUSÕES

Três pontos básicos podem sintetizar nossa discussão sobre a globalização. O primeiro deles é que a globalização não significa um processo claramente definido e finito. Ao invés disso, é um fenômeno complexo que apresenta uma variedade de situações que afetam os grupos sociais e as regiões de diferentes maneiras. As afirmações que generalizam tal processo podem incorrer em erros e gerar teorias facilmente rejeitáveis,

os produtores de suas posições privilegiadas nos mercados. Entretanto, ele nunca examinou a complexidade do tema, da conveniência do ponto de vista de que ele se tornou um entidade totalizante que pode ser aplicada de maneira uniforme às classes, etnias e locais.

que, por sua vez, são de pouca valia para aqueles que queiram transformar essas teorias em práticas.

O segundo ponto está ancorado no fato de que um dos significados primários da globalização é a reorganização espacial das relações sociais, que por sua vez está baseada na crise dos Estados nacionais. A forma histórica do Estado foi capaz de unificar as esferas econômica e política e, portanto, proporcionar os elementos necessários para o controle das consequências indesejáveis do capitalismo, enquanto fomentava a acumulação de capital. Embora essa capacidade histórica do Estado tenha variado significativamente no espaço e no tempo, ela proporcionou às formações sociais nacionais a capacidade de implementar estratégias de desenvolvimento, baseadas no processo de acumulação centrado no capital nacional e nos interesses trabalhistas nacionais. Contextualmente, foi possível desenvolver e usar conceitos tais como o da produção doméstica, do crescimento interno e a noção de exportação entendida como empresas domésticas que produzem mercadorias voltadas para o mercado internacional. As condições descritas nas páginas anteriores deste trabalho colocam a necessidade uma revisão significativa desses conceitos. Hodiernamente, porém, a noção de empresa doméstica é altamente questionada, uma vez que as corporações transnacionais operam em pequena sintonia com os interesses e instituições nacionais.

Com efeito, o discurso das corporações transnacionais tem como objetivo eliminar qualquer tipo de restrição baseada no conceito de interesses nacionais. Enquanto estes põem em risco os lucros dessas corporações, as mesmas procuram localidades alternativas onde possam conduzir seus negócios. Logo, a configuração dos circuitos globais não tem sido nada mais do que uma reorganização da produção com base em locais que oferecem muito mais incentivos atraentes para a acumulação de capital do que outros. Deste modo, pode-se afirmar que a globalização é a criação de cadeias globais respaldadas na asso-

ciação conveniente de fatores de produção que transcendem os sistemas dos Estados nacionais. Esta situação explica porque as frutas chilenas fazem parte dos circuitos globais de forma mais extensiva que as frutas argentinas, assim como explica porque a indústria rações está crescentemente mudando algumas de suas instalações para a China ao invés de escolher a África ou a América Latina.

O terceiro ponto é que as características produtivas da globalização geram um impacto face a outras esferas da sociedade civil. Como foi ressaltado por vários autores citados anteriormente, essa situação é particularmente relevante em termos do estabelecimento, do aumento e da manutenção da democracia. Nos Estados nacionais sob o sistema capitalista, a democracia tornou-se possível ao estabelecerem-se canais para as demandas dos grupos, as quais foram classificadas através de procedimentos políticos. Entretanto, o estabelecimento dos circuitos globais de produção e de consumo e a capacidade das corporações transnacionais de transporem os limites nacionais, diminuem significativamente a efetividade desses canais. Na essência, o estabelecimento dos circuitos globais possibilitou a emergência de processos que destruíram as condições da democracia Fordista.

Alternativas estão surgindo, todavia. Por um lado, as ações das corporações transnacionais que conduziram a uma reestruturação das políticas também geraram impulsos para mudanças nas decisões políticas de uma arena onde a participação estava garantida pelos direitos já estabelecidos para um espaço onde a participação é baseada, quase que exclusivamente, no poder econômico. Neste último caso, a inclusão no processo de decisões está cada vez mais baseada na propriedade. Em outras palavras, as ações políticas são definidas pelos “stockholders” (proprietários) ao invés de o ser pelos “stakeholders” (especuladores). Nas fases anteriores do capitalismo, o poder econômico afetava fortemente o processo de tomada de deci-

sões políticas, mas as reivindicações dos grupos subordinados e suas ações eram incluídas no panorama político. Atualmente, a globalização tem dificultado a capacidade de participação desses grupos subordinados uma vez que o envolvimento nos processos de decisão restringe-se às condições econômicas. A ênfase na capacidade do mercado em incorporar os problemas socioeconômicos nada mais é do que dar poder àqueles atores que podem participar e interferir no funcionamento dos mercados, enquanto diminui o poder daqueles que não podem participar e afetar a dinâmica desses mercados. Tudo isso está legitimado pelo poderoso discurso da neutralidade dos mercados.

Por outro lado, há possibilidades de resistências que estão baseadas nas limitações e contradições das ações próprias das corporações transnacionais. Na essência, essa tema diz respeito ao fato de que essas corporações precisam realizar suas produções, ou seja, vender seus produtos através das cadeias globais. Essa situação dá poder a diferentes grupos sociais que, enquanto atuam como produtores, também são consumidores. Por exemplo, a promoção do consumo ambientalmente amigável tem sido um dos maiores obstáculos à exploração dos recursos naturais e das pessoas por parte das corporações transnacionais. Essa capacidade das comunidades e grupos sociais de alterar o funcionamento das cadeias globais abre a possibilidade de se controlar o processo de acumulação de capital, dirigindo-o a caminhos mais democráticos. Embora difícil de implementar, este é um caminho que tem obtido resultados importantes. Seus resultados e suas limitações deveriam ser, talvez, o objeto de um exame adicional cuidadoso por parte daqueles que não estão convencidos das promessas emancipatórias da Globalização pós-Fordista.

BIBLIOGRAFIA

- Aglietta, Michel. 1979. *A Theory of Capitalist Regulation*. London: New Left Books.
- Akard, Patrick J. 1992. "Corporate Mobilization and Political Power: the Transformation of U.S. Economic Policy in the 1970s." *American Sociological Review* 57:597-615.
- Antonio, Robert J. and Alessandro Bonanno 1996. "Post-Fordism in the United States: the poverty of market-centered democracy." *Current Perspectives in Social Theory* 16 (3-32).
- Arce, Alberto. 1997. "Globalization and food objects." *International Journal of sociology of Agriculture and Food* 6:77:107.
- Arce, Alberto and Eleanor Fisher. 1997 "Global configurations and food objects and commodities - apples, honey & coca." Paper presented at the international conference on "Agricultural Commodity Systems in Comparative Perspective." Toronto, Canada.
- Arrighi, Giovanni. 1994. *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*. London: Verso.
- Bagnasco, Arnaldo. 1977. *Tre Italie: La Problematica Territoriale dello Sviluppo Italiano*. Bologna: Il Mulino.
- Block, Fred. 1980. "Beyond relative autonomy: state managers as historical subjects." Pp. 227-240 in R. Miliband and J. Seville (Eds.) *Socialist Register*. London: Merlin Press.

- Bonanno, Alessandro and, Douglas Constance.1996. *Caught in the Net. The Global Tuna Industry, Environmentalism & the State*. Lawrence: University Press of Kansas.
- Bonanno, Alessandro, Lawrence Busch, William H. Friedland, Lourdes Gouveia and Enzo Mingione (eds.). 1994. *From Columbus to ConAgra: The Globalization and Agriculture and Food*. Lawrence: University Press of Kansas.
- Bowles, Samuel and Herbert Gintis.1982."The Crisis of Liberal Democratic Capitalism: the Case of the United States." *Politics and Society* 11:52-92.
- Braudel, Fernand. 1984. *Civilization and Capitalism 15th-18 Century, vol. 3: The Perspective of the World*. London: Collins.
- _____.1982.*Civilization and Capitalism 15th-18 Century, vol. 2: The Wheels of Commerce*. London: Collins.
- Campbell, Rex. 1990. "Global transformation and agriculture." *The Rural Sociologist* 10 (3): 22-28.
- Cardoso, Fernando H. and Enzo Feletto.1979. *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press.
- Carnoy, Martin. 1984. *The State and Political Theory*. Princeton: Princeton University Press.
- Carnoy, Martin, Manuel Castells, Stephen S. Cohen and Fernando H. Cardoso. 1993. *The New Global Economy in the Information Age*. University Park: PA.: The

Pennsylvania State University Press.

Chandler, Alfred D. 1977. *The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business*. Cambridge: Belknap Press.

Clarke, Simon. 1990. "The Crisis of Fordism or the Crisis of Social-Democracy." *Telos* 83:71-98.

Cox, Kevin R. 1997. (ed.) *Spaces of Globalization*. New York: The Guilford Press.

Frank, André Gunder. 1979. *Dependent Accumulation and Underdevelopment*. New York: Monthly Review Press.

Fine, Ben, Michael Heasman and Judith Wright, 1996. *Consumption in the Age of Affluence. The World Food*. New York: Routledge.

Friedland, William H. 1995. "Globalization, Fordism-Postfordism, agricultural exceptionalism: the need for conceptual clarity." Paper presented at the workshop "The Political Economy of the Agro-Food System in Advanced Industrial Countries." University of California, Berkeley, September.

-----, 1994a. "The new globalization: the case of fresh produce." Pp.210-231 in A. Bonanno et al. (eds.) *From Columbus to ConAgra: The Globalization and Agriculture and Food*. Lawrence: University Press of Kansas.

-----, 1994b. "Fordism, Post-Fordism, mass production, and flexible specialization: Whatever is going on in the

world.” Paper presented at the seminar “Restructuring the Food System: Global Processes and National Responses.” Center for Rural Research, University of Trondheim, Norway. May.

Friedland, William H. and Enrico Pugliese. 1989. "Class formation and decomposition in modern capitalist agriculture: comparative perspectives." *Sociologia Ruralis*. 19 (2):149-165.

Friedmann, Harriet and Philip McMichael. 1989. "Agriculture and the state system." *Sociologia Ruralis* 29 (2):93-117.

Giddens, Anthony. 1994. *Beyond Left and Right*. Stanford: Stanford University Press.

-----, 1990. *The Consequences of Modernity*. Stanford: Stanford University Press.

Goodman, David and Michael Watts. 1994. “Reconfiguring the rural of fording the divide? Capitalist restructuring and the global agro-food system.” *Journal of Peasant Studies* 22 (1):1-49.

Gordon, David. 1996. *Fat and Mean. The Corporate Squeeze of Working Americans and the Myth of Managerial “Downsizing”*. New York: The Free Press.

-----, 1988. "The global economy: new edifice or crumbling foundations?" *New Left Review* 168:24-65.

Gordon, David, Richard Edwards, and Michael Reich. 1982. *Segmented Work, Divided Workers*. Cambridge, England: Cambridge University Press.

- Gramsci, Antonio. 1975. *Quaderni del Carcere: Il Risorgimento*. Rome: Editori Riuniti.
- Gouveia, Lourdes. 1994. Global Strategies and Local Linkages: The Case of the U.S. Meatpacking Industry. Pp. 125-148 in in Alessandro Bonanno et al. (eds.) *From Columbus to ConAgra: The Globalization and Agriculture and Food*. Lawrence: University Press of Kansas.
- Harrison, Bennet, and Barry Bluestone. 1988. *The Great U-Turn: Corporate Restructuring and the Polarizing of America*. New York: Basic Books.
- Harvey, David. 1990. *The Condition of Postmodernity*. Oxford: Basil Blackwell.
- Heffernan, William D. and Douglas H. Constance. 1994 "Transnational Corporations and the Global Food System." Pp. 29-51 in Alessandro Bonanno et al. (eds.), *From Columbus to ConAgra: The Globalization of Agriculture and Food*. Lawrence, KS: University Press of Kansas.
- Hirst, Paul and Jonathan Zeitlan. 1991. "Flexible specialization versus post-Fordism: theory, evidence and policy implications." *Economy and Society*. 20(1):1-56.
- _____. 1988. *Reversing Industrial Decline*. Oxford: Berg.
- Hirst, Paul and Grahame Thompson. 1996. *Globalization in Question*. Cambridge: Polity Press.
- Kindleberger, Charles P. 1986. "International public goods without international government." *American Economic*

Review 76(1):1-13.

Lambert, John. 1991. "Europe: the Nation-state Dies Hard." *Capital & Class*. 43:9-23.

Lash, Scott and John Urry. 1994. *Economies of Signs & Space*. London: Sage Publications.

_____. 1987 *The End of Organized Capitalism*. Madison: University of Wisconsin Press.

Lipietz, Alan. 1992. *Towards a New Economic Order: Post-Fordism, Ecology, and Democracy*. New York: Oxford University Press.

_____. 1987. *Mirages and Miracles*. London: Verso.

Long Norman and Ann Long (eds.) *Battlefields of Knowledge*. London: Routledge.

Mair Andrew. 1997. "Strategic localization: the myth of the postnational enterprise." Pp. 64-88 in Kevin R. Cox (ed.) *Spaces of Globalization*. New York: The Guilford Press.

McMichael, Philip. 1996a. "Globalization: Myths and Realities." *Rural Sociology* (61) 1:25-55.

_____. 1996b. *Development and Social Change*. Thousand Oaks, CA.: Pine Forge Press.

Miliband, Ralph. 1969. *The State in Capitalist Societies*. London: Winfield and Nicholson.

- Mill, John Stuart. 1989. *On Liberty*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mingione, Enzo. 1991. *Fragmented Societies*. Oxford: Basil Blackwell.
- O'Connor, James. 1986. *Accumulation Crisis*. New York: Basil Blackwell.
- Offe, Claus. 1985. *Disorganized Capitalism*. Cambridge: MIT Press.
- Offe, Claus and Volker Ronge. 1979. "Theses on the theory of the state." Pp. 345-356 in J.W. Freiberg (ed.) *Critical Sociology*. New York: Irvington Press.
- Piore, Michael J. and Charles F. Sabel. 1984. *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books.
- Poulantzas, Nicos. 1978. *State, Power, Socialism*. London: New Left Books.
- Reich, Robert B. 1991. *The Work of Nations*. New York: Alfred A. Knopf.
- Ross, Robert J.S. and Kent C. Trachte. 1990. *Global Capitalism: The New Leviathan*. Albany: SUNY Press.
- Sabel, Charles F. 1982. *Work and Politics: The Division of Labor in Industry*. Cambridge: CUP.
- Sandel Michael J. 1996. *Democracy's Discontent. America in Search of a Public Philosophy*. Cambridge, MA. The

Belknap Press of Harvard University Press.

Sassen, Saskia. 1990. *The Mobility of Labor and Capital*. New York: Cambridge University Press.

Spybey, Toni. 1996. *Globalization and World Society*. Cambridge: Polity Press

Strobel, Frederick R. 1993. *Upward Dreams, Downward Mobility*. Lanham, Md.: Rowman and Littlefield.

Storper Michael. 1997. "Territories, flows, and hierarchies in the global economy." Pp. 19-44 in Kevin R. Cox (ed.) *Spaces of Globalization*. New York: The Guilford Press.